



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 21/2023 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/CIA/SAP**1. OBJETO**

1.1. Fornecimento e instalação de 01 (um) motor para automação de portão deslizante no Cartório da 22ª Zona Eleitoral – Itapemirim/ES. **(CATMAT 21393)**

1.2. Fornecimento e instalação de 01 (um) motor para automação dos portões deslizantes no Cartório da 26ª Zona Eleitoral – Serra/ES. **(CATMAT 21393)**

2. LOCAL DE INSTALAÇÃO

2.1. Cartório da 22ª Zona Eleitoral, Rua Melquiades Félix de Souza, 150, Servidão do Mar, Itapemirim/ES.

2.2. Cartório da 26ª Zona Eleitoral, Rua Domingos Martins, 87, Centro, Serra/ES

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 ITEM 01: Fornecimento e instalação de 01 (um) motor para portão deslizante, confeccionado em alumínio, com as seguintes especificações:

3.1.1. 01 (um) kit de motor deslizante para instalação em portão de alumínio existente no Cartório Eleitoral da 22ªZE sendo o portão com as seguintes dimensões de 5,30 m de largura x 2,51 m de altura.

3.1.2. O kit deverá ser composto por:

- 01 (um) motor de 1/2 Hp, 220 v,
- Cremalheira compatível com as dimensões do portão,
- Central de comando,
- 04 (quatro) controles remotos,
- 02 (dois) sensores de presença interligados à central.

3.1.3. A empresa Contratada deverá realizar a substituição das 04(quatro) roldanas existentes no portão de alumínio do Cartório Eleitoral da 22ªZE.

3.1.4. A central de comando deverá possibilitar a interligação com interruptor externo para acionamento do portão;

3.1.5. As instalações elétricas necessárias para alimentação do motor deverão ser executadas pela Contratada.

3.2 ITEM 02: Fornecimento e instalação de 01 (um) motor para portão deslizante, confeccionado em painel de nylofor estruturado, com as seguintes especificações:

3.2.1. 01 (um) kit de motor deslizante para instalação emc existente no Cartório Eleitoral da 26ªZE sendo o portão com as seguintes dimensões de 5,76 m de largura x 2,20 m de altura.

3.2.2. O kit deverá ser composto por:

- 01 (um) motor de 1 Hp, 220 v,
- Cremalheira compatível com as dimensões do portão,
- Central de comando,
- 04 (quatro) controles remotos,
- 02 (dois) sensores de presença interligados à central.

3.2.3. A empresa Contratada deverá realizar a substituição de 02(duas) roldanas existentes no portão em painel naylofor do Cartório Eleitoral da 26ªZE.

3.2.4. A central de comando deverá possibilitar a interligação com interruptor externo para acionamento do portão;

3.2.4. As instalações elétricas necessárias para alimentação do motor deverão ser executadas pela Contratada.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar os serviços de instalação referentes ao item 3 de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, com fornecimento de todos os materiais constantes do referido item e demais materiais necessários para a realização dos serviços;

4.2. Fornecer a seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços;

4.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;

4.4. Obedecer a melhor técnica vigente e enquadrar-se rigorosamente nos preceitos normativos quando da execução dos serviços;

4.5. O objeto desta especificação, bem como os serviços de instalações e a garantia ofertados, deverão ser prestados obrigatoriamente pela contratada, não se admitindo subcontratação, transferência no todo ou partes da obrigação assumida;

4.6. Durante a execução dos serviços, todas as superfícies e elementos acidentalmente atingidas deverão ser recuperadas, sendo utilizado material idêntico ao existente no local, procurando obter perfeita homogeneidade com as demais superfícies circundantes;

4.7. Todos os danos causados às instalações por elementos ou funcionários da contratada deverão ser reparados sem ônus para a contratante.

4.8. Caso o objeto entregue esteja em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, a Contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo máximo de execução dos serviços ou a partir da data do recebimento pela Contratada da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem lhe seja mais favorável.

5. PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO

5.1. O objeto deverá ser entregue e instalado no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da nota de empenho/da assinatura do instrumento contratual.

6. DA GARANTIA

6.1. Os serviços deverão ser garantidos por 06 (seis) meses, contados a partir da data do aceite definitivo. Neste período, a empresa compromete-se a realizar eventuais reparos ou substituir qualquer material que apresentar defeito advindo da má execução do serviço ou da má qualidade do material empregado.

6.2. O motor deverá possuir garantia de 01 (um) ano contado a partir da data de emissão da nota fiscal. Caso o prazo de garantia dado pelo fabricante for superior, prevalecerá o maior prazo.

7. DA VISITA TÉCNICA

7.1. As empresas poderão efetuar visita técnica para certificar-se do serviço e auxiliar na elaboração das propostas, mediante agendamento prévio pelos telefones:

- Cartório Eleitoral da Serra: (27) 98170 5608
- Cartório Eleitoral de Itapemirim: (27) 98170 560
- Seção de Administração Predial: 27 2121 8631 – 2121 8629

7.2. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da presente contratação.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta-corrente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente à apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida à ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93.

8.2. A Contratada deverá, juntamente com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário(banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos e recolhidos ao Tesouro Nacional;

8.3. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

9. DA LEI Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

9.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

9.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais do licitante vencedor, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

10. VALOR ESTIMADO DO OBJETO

ITEM	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
01	2.800,00
02	3.200,00

11. DAS PENALIDADES

11.1. Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o licitante vencedor que descumprir as obrigações nele estipuladas ficará sujeito às seguintes penalidades:

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total de multa	Valor de incidência da multa
Atraso na instalação	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Atraso na substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Prazo excepcional de instalação ou substituição	0,5%	20	10%	Total do contrato
Inexecução total	-----	-----	30%	Total do contrato
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)		-----	0,5%	Total do contrato

11.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias, na instalação ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto no item 11.1;

11.3. Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o objeto poderá ser instalado, em uma única ocorrência – na instalação ou na substituição, no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se o licitante vencedor à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto em atraso, até o 20º (vigésimo) dia, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista no item 11.1;

11.4. A solicitação de adiamento do prazo de instalação ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la;

11.5. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

11.6. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF;

11.7. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do licitante vencedor, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo);

11.8. A contagem do prazo estabelecido no item 7.2 inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pelo licitante vencedor, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto;

11.9. A contagem do prazo estabelecido no item 7.3 inicia-se a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido no item 7.2, caso esta contagem seja mais favorável ao licitante vencedor;

11.10. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto entregue ou substituído em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal;

11.11. A aplicação das multas previstas não exime o licitante vencedor de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A Contratante, através de seu representante, fiscalizará a execução do contrato, nos aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada

13. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. O objeto deste Termo de Referência somente será aceito se atendidas todas as exigências nele contidas, que serão verificadas pela Contratante após a execução dos serviços.

Em 04 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ALVARO SAAD DE ARAUJO**, Técnico Judiciário, em 04/10/2023, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1035719** e o código CRC **40A1AA44**.